DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

GRÊMIO NOVORIZONTINO

31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020

GRÊMIO NOVORIZONTINO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 — Balanços patrimoniais

Quadro 2 — Demonstrações dos déficits do exercício

Quadro 3 — Demonstrações dos déficits abrangentes

Quadro 4 — Demonstração das mutações do patrimônio social (passivo a descoberto)

Quadro 5 — Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Verdus Auditores Independentes
Rua Martinho Gonçalves, 2277
Vila Nossa Sra. Da Paz – São José do Rio Preto – SP
CEP 015025-160
Tel: + 55 17 3222-7667
www.vacc.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores, conselheiros e associados do
GRÊMIO NOVORIZONTINO
Novo Horizonte – São Paulo

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações financeiras do GRÊMIO NOVORIZONTINO ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do déficit do exercício, do déficit abrangente, das mutações do patrimônio social (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do GRÊMIO NOVORIZONTINO ("Entidade"), em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Intangível

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, em atendimento ao pronunciamento técnico ITG 2003 (R1) Entidade Desportiva Profissional, a Entidade reconheceu o ativo intangível no montante de R$ 2.832 mil, oriundo dos gastos com a formação de atletas. Entretanto, não foi possível mensurar, de forma individualizada por atleta, os gastos inerentes a ajuda de custo e auxílio educacional investidos nesses atletas, tendo esses gastos sido reconhecidos no ativo intangível de forma consolidada. Adicionalmente, a Entidade não realizou a avaliação dos eventuais impactos de *"impairment test"*, nesses ativos, nos termos dos pronunciamentos contábeis CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos e CPC 04 – Ativo Intangível. Dessa forma, nas circunstâncias, ficamos impossibilitados de concluir quanto a exatidão desse ativo em 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Verdus Auditores Independentes
Rua Martinho Gonçalves, 2277
Vila Nossa Sra. Da Paz – São José do Rio Preto – SP
CEP 015025-160
Tel: + 55 17 3222-7667
www.vacc.com.br

ÊNFASE

Reapresentação dos Valores Correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Conforme mencionado na nota n°3.11, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as informações contábeis correspondentes relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 (IAS 08) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (IAS 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada este assunto.

INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com o pressuposto de continuidade normal das atividades operacionais da Entidade. Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade incorreu em déficits que montam R$ 14.699 mil (R$ 7.114 mil em 2020) e, nessa data, o passivo a descoberto é de R$55.167 mil (R$ 40.476 mil em 2020). Conforme apresentado na nota explicativa nº 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos apresentados ao longo deste relatório, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar a uma dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não contém modificação em relação a este assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao ano anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujo relatório datado em 23 de abril de 2021, continha ressalva e parágrafo de "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional" semelhantes aos que constam no presente relatório.
Referido relatório também continha modificação em virtude do não reconhecimento do passivo fiscal referente ao Imposto sobre Operações financeiras – IOF sobre operações de mútuo realizadas em períodos anteriores ao exercício de 2017. Essa ressalva não consta no presente relatório dos auditores pelo fato de a Entidade ter passado a reconhecer/recolher referida obrigação fiscal a partir do ano de 2017, bem como, pelo fato de as obrigações legais anteriores ao exercício de 2017 terem atingido seu prazo prescricional no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Verdus Auditores Independentes
Rua Martinho Gonçalves, 2277
Vila Nossa Sra. Da Paz – São José do Rio Preto – SP
CEP 015025-160
Tel: + 55 17 3222-7667
www.vacc.com.br

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Verdus Auditores Independentes
Rua Amália de Noronha, 151 – cj. 502
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05410-010
Tel: + 55 11 3027-1800
www.vacc.com.br

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Novo Horizonte, 30 de junho de 2022.

Verdus Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2



Ricardo José Patine Filho
Sócio Diretor
CRC 1SP252050/O-9

QUADRO 1

GRÊMIO NOVORIZONTINO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2021	2020 (Reapresentado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	952	85
Contas a receber	5	-	1.694
Adiantamentos diversos		30	36
Impostos a recuperar		25	3
		1.007	1.818
Ativo não circulante			
Imobilizado	6	596	564
Intangível	7	2.837	2.015
		3.433	2.579
Total do ativo		4.440	4.397

PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	Nota	2021	2020 (Reapresentado)
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	87	79
Fornecedores	9	184	15
Obrigações trabalhistas	10	1.559	1.082
Obrigações a executar - subvenção	11	843	-
Aluguéis a pagar	12	-	3.694
Débitos com partes relacionadas	13	-	39.971
Adiantamentos de clientes		-	-
Tributos a recolher		19	23
		2.692	44.864
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	12	-
Aluguéis a pagar	12	5.126	-
Débitos com partes relacionadas	13	51.785	9
		56.923	9
Passivo a descoberto	14		
Déficits acumulados		(55.175)	(40.476)
		(55.175)	(40.476)
Total do passivo e passivo a descoberto		4.440	4.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

GRÊMIO NOVORIZONTINO
DEMONSTRAÇÃO DOS DÉFICITS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020 (Reapresentado)
Receita líquida	15	9.020	10.260
Custos	16	(16.573)	(11.680)
Déficit bruto		(7.553)	(1.420)
Despesas gerais e administrativas	17	(6.293)	(5.212)
Outras receitas operacionais	18	35	2
Déficit antes do resultado financeiro		(13.811)	(6.630)
Despesas financeiras		(888)	(484)
Receitas financeiras		-	-
Resultado financeiro líquido	19	(888)	(484)
Déficit do exercício		(14.699)	(7.114)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

GRÊMIO NOVORIZONTINO
DEMONSTRAÇÃO DOS DÉFICITS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020 (Reapresentado)
Déficit do exercício	(14.699)	(7.114)
Outros itens de resultado abrangente	-	-
Resultados Abrangentes totais	(14.699)	(7.114)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

GRÊMIO NOVORIZONTINO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Déficit Acumulado	Total
	(Reapresentado)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(33.362)	(33.362)
Déficit do exercício	(7.114)	(7.114)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(40.476)	(40.476)
Déficit do exercício	(14.699)	(14.699)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(55.175)	(55.175)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

GRÊMIO NOVORIZONTINO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do exercício	(14.699)	(7.114)
Ajustes para conciliação:		
Depreciação e amortização	99	97
Variações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) em contas a receber	1.694	(194)
Redução (aumento) em adiantamentos diversos	6	26
Redução (aumento) em outros recebíveis	(22)	-
Redução (aumento) em intangível	(822)	(1.487)
Aumento (redução) em fornecedores	169	(166)
Aumento (redução) em direito de imagem	-	(112)
Aumento (redução) em adiantamento de clientes	-	(48)
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	477	431
Aumento (redução) em Obrigações a executar - subvenção	843	(215)
Aumento (redução) em tributos a recolher	(4)	13
Aumento (redução) em outras contas a pagar	1.432	484
	(10.827)	(8.285)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Baixa (aquisição) de ativo Imobilizado	(131)	(61)
	(131)	(61)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação (pagamento) de empréstimos com terceiros	20	52
Aumento (redução) em débitos com partes relacionadas	11.805	7.684
	11.825	7.736
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	867	(610)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	85	695
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	952	85
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	867	(610)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRÊMIO NOVORIZONTINO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grêmio Novorizontino é uma associação civil sem fins lucrativos tendo seus atos constitutivos registrados no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, da comarca de Novo Horizonte, SP, sob nº 402, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 04.728.712/0001-82, regida pelo disposto em seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor, em especial a Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro."), Lei dos Desportos nº 13.155, de 04/08/2015, Lei nº 9615/1998 (Lei Pelé), com as alterações introduzidas pelas Leis nº 12.395/2011 e 13.155/2015, e subsidiariamente pela Lei nº 6404/1976, com principais alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007.

O Grêmio Novorizontino tem por objeto social a finalidade de Clube de Futebol e:

a) Promover a educação através do esporte a toda comunidade;
b) Promover o esporte amador e profissional do Município;
c) Promover atividades culturais e sociais destacando a cidadania;
d) Difundir dentro das possibilidades materiais da associação a atividade esportiva em suas modalidades rendimento, educacional e de participação, visando sempre o aperfeiçoamento, físico, técnico, tático e a melhoria de qualidade de vida;
e) Proporcionar aos associados, reuniões de caráter esportivo, social, cultural e recreativo, objetivando congregá-los às suas famílias e criar entre eles os vínculos de estreita e franca amizade;
f) Promover campeonatos e torneios, ou participar daqueles organizados em entidades a que estiver filiado;
g) Articular parcerias e convênios com órgãos públicos, municipais, estaduais e federais, e organizações nacionais, internacionais e privadas, para fins de celebração de convênios, captação de auxílio, subvenções e financiamento de projetos sociais nas áreas de assistência à criança e ao adolescente, através de educação, cultura e esporte;
h) Mobilizar a participação da comunidade através de ações de caráter preventivo e promocional, visando à integração de recursos materiais humanos e financeiros;
i) O Grêmio Novorizontino tem como cores padronizadas: Branco, Preto e Amarelo,
j) Promover eventos e promoções para angariar fundos;
k) Locar espaços em uniformes e praça esportiva;
l) Ceder sob licença marca, logomarca e símbolos;
m) Contratar empresa especializada para gerenciar e administrar seu patrimônio intangível e direito.

O Grêmio Novorizontino tem sua sede social instalada na Rua Francisco Alves do Vale, nº 285, Bairro Vila Patti CEP 14.960-000, no município de Novo Horizonte, Estado de São Paulo.

O Grêmio Novorizontino tem sua personalidade jurídica distinta de seus associados e patrimônio próprio formado por:

a) Patrimônio Econômico: Todos os bens móveis, numerário, aplicações financeiras, instalações, equipamentos, prêmios, marcas, além de símbolos (Bandeira, Flâmula, Hino, Distintivo, uniforme e mascote) tendo como cores padronizadas: Branco, Preto e Amarelo.

b) Patrimônio Histórico: Composto de acervo de todas as conquistas nos campos esportivo e social, inclusive troféus.

Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade apresenta passivo a descoberto no montante de R$55.175 (R$ R$40.476 em 2020).

A administração da Entidade tem trabalhado na implementação de medidas para reverter o quadro de capital circulante líquido, o passivo a descoberto e o déficit, entre as quais:

a) Investimentos nas divisões de base como fonte de talentos;
b) Elevação da receita com renovação ou negociação de novos contratos de direitos de transmissão, patrocínio e uniforme;
c) Desenvolvimento de novas parcerias de marketing;
d) Aumento da receita de jogos por meio de incentivos ao comparecimento da torcida; e
e) Controle efetivo das despesas e revisão dos investimentos não prioritários.

Tal situação decorre, principalmente, pela incipiente atividade, pois a Entidade iniciou as atividades de desporto em 2010. Além disso, o equilíbrio das contas financeiras deve advir principalmente pelo resultado de venda de atletas em formação na categoria de base, cujo efeito é incerto e, dessa forma, a Entidade é dependente financeiramente de sua parte relacionada I-9 Sports Ltda, que fomenta as atividades da Entidade através de contratos de mútuo, sem prazo de vencimento.

As demonstrações financeiras não incluem ajustes relativos à capacidade de realização e classificação de valores registrados no ativo ou valores e classificação de passivo que possam ser necessários, caso a controladora seja incapaz de continuar suas atividades.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, particularmente as que são aplicáveis às entidades desportivas profissionais, tal como a Interpretação Técnica - ITG 2003 (R1) - Entidade Desportiva.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos conselheiros, diretores e associados e sua emissão foi autorizada em 30 de junho de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua, o Real (moeda funcional), e são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil).

2.4 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são:

(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa são constituídas nos casos em que não existe expectativa de recebimento do credor.

(b) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao término de cada exercício social, a Entidade revisa os saldos de seus ativos não financeiros com o objetivo de identificar a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor de venda ou valor em uso). Na existência de indicativos, a administração estima a parcela do ativo não recuperável e reconhece a perda, se aplicável.

(c) Contingências

As provisões são constituídas para todas as contingências classificadas como de perdas prováveis pelos assessores jurídicos da Entidade cujos valores são estimados com certo grau de segurança.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício.

Contas a receber

O saldo de contas a receber corresponde, substancialmente, aos valores a receber pela negociação de atletas no curso normal das atividades da Entidade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos é classificado no ativo circulante. Caso contrário, é apresentado no ativo não circulante. O saldo de contas a receber é, inicialmente, reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente sendo que as contas a receber de cliente no mercado externo, quando existentes, são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A constituição ou não de provisão para créditos de liquidação duvidosa – "PCLD" ou *impairment* é de responsabilidade da administração, que faz avaliação individual de cada clube com parcelas em atraso.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores, empréstimos (saldos bancários negativos), outras contas a pagar e débitos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade Clube tenha um direito legalmente aplicável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(iv) Operações de instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e tampouco com propósito de especulação.

3.2. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de qualquer perda não recuperável.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção do imobilizado, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo foi baixado.

A depreciação é calculada pelo método linear considerando-se as estimativas de vida útil econômica determinadas pela administração mencionadas a seguir:

Móveis e utensílios: .... 10 anos
Equipamentos e aparelhos:..... 10 anos
Computadores e periféricos:.....5 anos

3.3. Intangível

Direitos de imagem / luvas

Os valores contratuais relativos aos direitos de exploração de imagem de atletas profissionais não são mais reconhecidos no ativo intangível, passivos circulante e não circulante. Em obediência a ITG 2003 (R1), desde 2017, tais saldos foram eliminados dessas contas e os valores previstos em contratos são reconhecidos como despesa de acordo com o regime de competência. Em 31 de dezembro de 2021 a Entidade possuí valores contratuais remanescentes relacionados às luvas a amortizar.

Atletas em formação

Os gastos com a formação de atletas correspondem, principalmente a: alojamento, alimentação, transporte, assistência médica, comissão técnica etc.

A Entidade realiza uma avaliação dos atletas da base para avaliar a viabilidade técnica e definir os atletas aptos a continuarem o processo de formação profissional, os que não apresentarem bom desempenho são dispensados e baixados contra o resultado do exercício.

Atletas formados

Nessa rubrica estão registrados os gastos incorridos com atletas profissionais, formados na base, que são transferidos da rubrica "atletas em formação" para "atletas profissionais", quando da profissionalização do atleta. A amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência do contrato.

Atletas contratados

Refere-se aos gastos relacionados com aquisição de direitos econômicos de atletas profissionais do futebol, além dos gastos com atletas contratados por empréstimos. A amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência do contrato.

3.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; (iii) o valor pode ser estimado com segurança. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Passivos contingentes

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são constituídas na medida em que a Entidade espera desembolsar fluxos de caixa. Os processos judiciais são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficientes segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é avaliada como possível, não há provisão a ser realizada, porém, os valores são mensurados e divulgados em notas explicativas.

Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativas, quando existentes.

3.5. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeiras são registradas utilizando a taxa de câmbio da data da transação e os correspondentes saldos são atualizados até a data do balanço, sendo a variação cambial registrada no resultado.

3.6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pró rata temporis), utilizando o método de taxa de juros efetiva.

3.7. Apuração de resultado e reconhecimento das receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas são principalmente provenientes de patrocínio em uniformes das equipes de futebol, locação de assentos numerados (cadeiras), locação de espaço do estádio, vendas de ingressos (bilheteria), locação do espaço do bar, doações recebidas e repasse da Federação Paulista de Futebol, sendo esta última de maior peso entre as receitas.

As receitas com arrecadação de jogos são reconhecidas após a realização de cada evento, com base nas informações de valores arrecadados em cada jogo.

As receitas de negociação de atletas são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos futuros atribuíveis ao atleta sejam gerados em favor da Entidade e que o controle dos direitos federativos e riscos deste atleta sejam efetivamente transferidos a outra entidade desportiva. Geralmente estas transações ocorrem no mesmo momento da assinatura dos contratos de alienação dos direitos econômicos dos atletas, celebrados entre a Entidade e a parte adquirente e desde que todas as obrigações de performance identificadas sejam atendidas.

3.8. Distribuição de lucros

A Entidade por se tratar de entidade sem fins econômicos, aplica sua renda, seus recursos, e eventual resultado operacional positivo, integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e ou sociais, portanto, não atribui a associados, resultados, dividendos, participações, lucros ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma.

3.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos ("teste de *impairment*")

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Ativos não financeiros (ativos tangíveis e intangíveis)

No fim de cada exercício, a Entidade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Entidade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

3.10. Impostos e contribuições

Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

Em razão de ser uma associação sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/99, e o artigo 195 da Constituição Federal.

Programa para Integração Social (PIS)

Em razão de ser uma associação sem fins lucrativos, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97.

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em razão de ser uma associação sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

A cota patronal do INSS é retida e recolhida pelas empresas que proporcionam à Entidade receitas de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos, devida à alíquota de 5% sobre tais receitas brutas. Além disso, também há o recolhimento da alíquota de 4,5% sobre os proventos da folha de pagamento.

3.11. Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020

Conforme reportado na nota explicativa nº 7, em atendimento ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis, a Entidade está reapresentando suas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em virtude de ajuste referente aos gastos incorridos com atletas em formação, formados e contratados realizadas nas contas do intangível tendo como contrapartida a conta do resultado "Custos e despesas".

No quadro a seguir, estão apresentados os efeitos decorrentes dessa reapresentação:

		Saldos		
	NOTA	Original	Reapresentados	Diferença
Ativo				
Intangível - Atletas em formação	7	-	1.960	1.960
Intangível - Atletas formados	7	-	32	32
Intangível - Atletas contratados	7	-	18	18
Efeito líquido (Ativo)		**-**	**2.010**	**2.010**
Déficit do exercício				
Custos	16	(13.692)	(11.680)	(2.012)
Despesas gerais e administrativas	17	(5.210)	(5.212)	2
Efeito líquido déficit do exercício		**(13.692)**	**(11.680)**	**(2.010)**

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	13	26
Aplicações financeiras	939	59
	952	85

Em 31 de dezembro de 2021 as aplicações financeiras estão representadas por quotas de fundo de investimento no Banco do Brasil - BB. Renda Fixa 500, podendo estas ser resgatadas a qualquer momento sem qualquer penalidade ao saldo.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2021	31/12/2020
Direitos a receber pela venda de jogadores	1.500	3.194
Provisão para perdas	(1.500)	(1.500)
	-	1.694

Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade revisou a expectativa de realização do saldo remanescente de seu contas a receber, e optou por constituir provisão para perdas para a totalidade do saldo em aberto.

6. IMOBILIZADO

	Saldo líquido 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldo líquido 31/12/2021
Móveis e utensílios	300	105	(63)	342
Equipamentos e aparelhos	222	-	(30)	192
Computadores e periféricos	42	26	(6)	62
	564	131	(99)	596

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada, sendo o valor depreciável apropriado de forma sistemática ao longo de sua vida útil, estimada, com base no CPC 27. A Administração julgou não haver necessidade de realização do teste de *impairment* de seu imobilizado.

7. INTANGÍVEL

		31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Atletas em formação	7.1	2.788	1.960
Atletas formados	7.1	26	32
Atletas contratados	7.1	18	18
Marcas e patentes		5	5
		2.837	2.015

7.1 Contratação e formação de atletas

O Clube registra na rubrica de atletas em formação, o saldo corresponde aos gastos incorridos na formação de atletas das categorias de base, havendo avaliação permanente das comissões técnicas sobre o potencial de cada atleta para a continuidade do processo de formação ou respectiva dispensa.

Na rubrica de atletas contratados e formados os gastos com contratações de atletas no mercado ou profissionalizados oriundos das categorias de base, estando os contratos em vigor ao final do exercício, representados pelos saldos líquidos das amortizações calculadas com base no prazo contratual.

As movimentações ocorridas nestas rubricas estão assim demonstradas:

	2020	(+) Adições	(-) Baixas	(-) Amortizações	(-) Transferências	2021
Atletas em formação	1.960	1.263	(409)	-	(26)	2.788
Atletas formados	32	-	-	(32)	26	26
Atletas contratados	18	30	-	(30)	-	18
	2.010	1.293	(409)	(62)	-	2.832

Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade mantém vínculo com 94 atletas profissionais (96 em 2020), entre contratados e atletas emprestados. O percentual de participação nos direitos econômicos dos atletas é assim representado:

Atleta	% Participação nos direitos econômicos	
	Entidade	Terceiros
Bruno Matias dos Santos	30%	70%
Bryam Gomes da Silva Nascimento	100%	0%
Cauã Pereira dos Santos	90%	10%
Caue Vinicius dos Santos	10%	90%
Claudinei Davi Cortes Leme	100%	0%
David Henrique Benedito Benjamim	100%	0%
Daniel Alves da Silva	50%	50%
Daniel Junio de Jesus Nascimento	100%	0%
Daniel Sergio Martins	70%	30%
Diego Henrique Souza da Silva	100%	0%
Diego Silva Rodrigues	100%	0%
Erivaldo Almeida Santos Junior	80%	20%
Everton Macedo Moraes	50%	50%
Gabriel Ferreira Canal	100%	0%
GUILHERME DE JESUS MATOS	100%	0%
Jair Diego Alves de Brito	30%	70%
Joao Pedro de Giuli	90%	10%
João Vitor Fernandes Pinto	100%	0%
João Vitor Indalecio Scapin	100%	0%
Kauã Vinicius de Oliveira	20%	80%
Kaue Canela Arroula	100%	0%
Kauê Henrique Santos	100%	0%
Leonardo Santiago Barcelar	50%	50%
Lucas Henrique Barbosa	20%	80%
Lucas Oliveira Brune	100%	0%
Lucas Pereira Ribeiro de Souza	100%	0%
Luis Fellipe Campos Dori	100%	0%
Luis Felipe Vieira Araujo	100%	0%
Luiz Fernando Venancio	100%	0%
Luiz Otavio Maria	100%	0%
Marcos Henrique Silva Santana	80%	20%
Mateus Cavalcante Santos	100%	0%
Matheus dos Santos Vicino da	100%	0%
Matheus Henrique Vanzelli lusuardi	45%	55%
Pedro Henrique Mantovani Domingos	20%	80%
Pedro Henrique de Almeida	100%	0%
Renan Rodrigues Fonseca Viana	20%	80%
Reverson Valuarth Paiva Silva	70%	30%
Robert Renan Alves Barbosa	20%	80%
Romário Pelin Pontes de Oliveira	100%	0%
Romulo Azevedo Simao	80%	20%
Stenio Lima Silva	100%	0%
Vinicius Alessandro Mingotti	30%	70%
Vinicius Augusto Ribeiro de Almeida	100%	0%
Vitor Hugo Ferreira Oliveira	50%	50%
Vitor Matheus Lourenço	90%	10%

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2021	31/12/2020
Enpréstimo Bradesco (i)	89	65
Cheques a compensar	10	14
	99	79

Os empréstimos referem -se a capital de giro, principalmente para suprir o custeio da folha de pagamento, reformas e investimentos no estádio.

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	372	285
Encargos trabalhistas a recolher	350	175
Provisões e encargos	837	622
	1.559	1.082

O aumento ocorrido nas obrigações trabalhistas a pagar deve-se principalmente, no exercício de 2021, a equipe alcançar acesso a divisões superiores do futebol brasileiro, série D para série C. Desta forma, ocorrendo atividades durante o ano inteiro e agregando aumento nas bases salariais da maior parte de seus atletas.

10. OBRIGAÇÕES A EXECUTAR – SUBVENÇÃO

	31/12/2021	31/12/2020
B.Brasil projeto N.0970/2018 - Sub 17	137	-
B.Brasil projeto N.144/2021 - Sub 20	344	-
B.Brasil projeto N.1630/2019 - Sub 15	362	-
	843	-

Nos termos do CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, a Entidade reconhece a receita desta subvenção na medida em que os gastos relacionados ao objeto deste convênio são incorridos e devidamente comprovados documentalmente.

A subvenção refere-se a Lei 927/2016 (lei de incentivo a esportes). Os recursos recebidos por meio desta subvenção devem ser, única e exclusivamente, aplicados em gastos com a formação de atletas das categorias sub-15, sub-17 e sub-20, estando sujeitos também a análise da prestação de contas a serem encaminhada ao órgão competente.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo representa a obrigação a cumprir da Entidade em relação aos recursos ainda não empregados na atividade fim deste convênio. Enquanto não utilizados, esses recursos ficam mantidos em conta específica de aplicações financeiras.

11. ALUGUÉIS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R$5.126 (R$3.694 em 2020) é composto principalmente pelos aluguéis a pagar pelo uso do estádio Jorge Ismael de Biasi e do Centro de treinamento (CT), cujos direitos de uso do estádio e do CT são da gestora I-9 Sports Ltda.

No exercício de 2021, houve a repactuação deste contrato, determinando novo vencimento da obrigação em 31 de dezembro de 2023, podendo ser renovado por termo de aditamento entre as partes relacionadas. Por esse motivo, a totalidade do saldo a pagar foi transferida para o passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O valor mensal da locação é de R$40, que serão reajustados a cada período de doze meses, aplicando-se o índice IPCA. Os saldos em atraso devidos foram corrigidos pela variação acumulada do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês. Em 31 de dezembro de 2021 a despesa com aluguel totalizou o montante de R$838 (R$438 em 2020), sendo registrada na rubrica despesas financeiras.

12. DÉBITOS COM PARTES RELACIONADAS

	31/12/2021	31/12/2020
I-9 Sports Ltda.	51.776	39.971
Mútuo com pessoa física	9	9
	51.785	39.980
Circulante	-	39.971
Não circulante	51.785	9
	51.785	39.980

Membros da Administração da Entidade são comuns na administração da I-9 Sports Ltda., os quais, pelos poderes de direção e tomada de decisão, tornam a Entidade e a I-9 Sports Ltda. partes relacionadas.

Toda a dependência financeira da Entidade, conforme destacado na nota explicativa n.º 1, foi suprida através de mútuo financeiro com a I-9 Sports Ltda., que mantém um contrato de mútuo, repactuado no ano de 2021, com vencimento em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual, referida obrigação foi transferida para o passivo não circulante no exercício de 2021.

O contrato firmado não prevê a incidência de juros, por se tratar de uma operação para atendimento do objeto social de desporto, cuja origem do dinheiro também não prevê atualização monetária e decorre dos próprios associados/diretores, repassado pela I-9 Sports Ltda.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Entidade não possui saldo provisionados de contingências pelo fato de não existir, na opinião dos assessores jurídicos, contingências passivas com prognóstico de perda “provável”.

Adicionalmente, a Entidade possui processos, cuja probabilidade de perda foi avaliada como “possível” pelos assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2021, os processos envolvidos totalizam o montante atualizado de R$2.736 (R$1.531 em 2020).

14. PATRIMONIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)

O patrimônio social (passivo a descoberto) da Entidade é composto exclusivamente pelos déficits acumulados nos exercícios anteriores e no resultado corrente, o que leva a uma necessidade de caixa que é suprida, em sua totalidade, pelo contrato de mútuo firmado com sua gestora I-9 Sports Ltda.

15. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de futebol		
Repasse da federação	7.614	6.374
Negociação e empréstimo de atletas (nota n°6)	645	3.128
Receita com patrocínios	290	314
	8.549	9.816
Outras receitas		
Vendas de ingressos e bar	33	349
Subvenções (nota 11)	432	95
Receita do bar	6	-
	471	444
	9.020	10.260

Repasse da Federação

No exercício de 2021 houve um acréscimo de aproximadamente 20% nas cotas de direitos de transmissão repassadas pela Federação à Entidade, devido a mudança de divisão, conforme explicação na nota explicativa nº 9 – Obrigações trabalhistas.

16. CUSTOS

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Salários, ordenados e outros custos com pessoal	(14.546)	(9.595)
Gastos com jogos	(1.188)	(1.256)
Aluguéis	(594)	(568)
Outros	(245)	(261)
	(16.573)	(11.680)

Salários, ordenados e outros custos com pessoal

Conforme divulgado na nota explicativa nº8, o aumento ocorrido nos gastos com pessoal se deve, principalmente, pelo fato da Entidade, no exercício de 2021, ter agregado às bases salariais da maior parte de seus atletas os valores correspondentes aos Direitos de uso e imagem a pagar, aumentando assim, a sua base de folha de pagamento e de férias a pagar.

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Serviços prestados (i)	(2.242)	(1.536)
Despesas administrativas (ii)	(1.122)	(901)
Manutenções (ii)	(1.015)	(607)
Gastos com negociação de atletas	(574)	(170)
Salários, ordenados e outros custos - Projeto Sub 15 e 17	(432)	(95)
Ganhos/perdas com atletas	(409)	-
Combustível e lubrificantes	(134)	(100)
Depreciação / Amortização	(160)	(98)
Outros	(205)	(205)
Provisão para Perdas (nota n°5)	-	(1.500)
	(6.293)	(5.212)

(i) houve um aumento significativo na rubrica de serviços prestados, que se refere principalmente a despesa com direitos de imagem durante o exercício.

(ii) O aumento na rubrica refere-se a reformas realizadas no estádio, como por exemplo troca de gramado, colocação de assentos, pintura e outros.

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de despesas	35	2
	35	2

19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras		
Juros e multas	(838)	(438)
Despesas e tarifas bancárias	(49)	(45)
IOF	(1)	(1)
	(888)	(484)
	(888)	(484)

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Entidade está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos da Entidade.

Estrutura do gerenciamento de risco

Apesar de não haver uma política formal, a Diretoria é responsável pelo gerenciamento de risco da Entidade, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Diretoria sobre as suas atividades.

A Entidade, por meio de seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de outros clubes por vendas de atletas estando estas sujeitas aos riscos normais de inadimplência de mercado. Contudo além de todos os métodos tradicionais de cobrança, a Entidade pode acionar em caso de inadimplência o órgão regulador do futebol internacional (FIFA), podendo acarretar sanções esportivas ao devedor.

Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria, visando assegurar que exista suficiente para atender as necessidades de suas atividades.

A ausência de liquidez é suprida por empréstimos (mútuos) realizados com a I-9 Sports Ltda. (parte relacionada), a qual mantém o compromisso de manutenção das operações da Entidade, enquanto estas não atinjam o equilíbrio financeiro.

Análise de sensibilidade

Na data-base, a Entidade não apresentou exposição relevante a riscos de instrumentos financeiros, motivo pelo qual não desenvolveu uma análise de sensibilidade.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

21. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Entidade possui contratos de seguro de vida de todos os atletas que compõem o grupo de profissionais, conforme estabelecido pela Lei 9.615/98 e alterações posteriores.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Entidade, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Composição da Administração

Presidente da diretoria executiva
Genilson da Rocha dos Santos

Contador
Fernando Bruni Cardoso
CRC.SP. CT.243969/O-0

* * *